



Nesta seção, o tema é a intensificação do projeto de desmonte do Estado com o anúncio de um pacote de privatizações de mais nove empresas estatais que devem ser vendidas ainda em 2019.

Novo pacote de privatizações acelera desmonte do Estado

O governo Bolsonaro intensificou o projeto de desmonte do Estado anunciando um pacote de privatizações de mais nove empresas estatais que devem ser vendidas ainda em 2019. Os ativos a serem negociados são: Correios, Telebras, Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp), Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), Empresa Gestora de Ativos (Emgea), Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores (ABGF) e Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec).

Os Correios são responsáveis pelos serviços postais brasileiros, estão presentes em todos os municípios do país e empregam mais de cem mil pessoas. A empresa registrou uma receita de quase dezoito bilhões de reais em 2018 e lucrou 161 milhões.

A Telebras é a estatal de telecomunicações que opera serviço de fibra ótica e um satélite. Teve prejuízo de cerca de 225 milhões de reais em 2018, mas atua em um setor estratégico e de risco onde a presença estatal é fundamental.

A Codesp é responsável por administrar o Porto de Santos, maior complexo portuário da América Latina, e emprega mais de 1.300 pessoas. Teve prejuízo de 468 milhões de reais em 2018. A Ceagesp, por seu turno, é a estatal responsável pelo abastecimento e armazenamento de frutas, legumes, verduras, flores e pescados no estado de São Paulo, tendo lucrado 9,1 milhões de reais no último ano.

A Dataprev é uma empresa de tecnologia e informações, responsável, entre outras funções, por operar o pagamento mensal de mais de 34 milhões de benefícios previdenciários e teve lucro de 150 milhões de reais em 2018. O Serpro, por sua vez, é o principal responsável pelos serviços de processamento de dados para o setor público e lucrou 459 milhões de reais em seu último balanço.

A ABGF administra fundos como o seguro de crédito à exportação e emprega 58 pessoas, tendo lucrado oito milhões de reais em 2018. Já a Emgea gere os ativos da União e de entidades integrantes da administração pública federal, incluindo as carteiras de operações de crédito do governo, registrando lucro de 396 milhões de reais no último período.

O Ceitec, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atua no setor de semicondutores. Ligada à microeletrônica, a empresa projeta, fabrica e comercializa circuitos integrados e lucrou 3,1 milhões de reais em 2018.

O Ministério da Economia também já sinalizou uma lista de quais podem ser as prováveis próximas empresas a integrar o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI): Eletrobras, EBC (Empresa Brasil de Comunicação), Casa da Moeda, Codesa (Companhia Docas do Espírito Santo), Ceasaminas (Centrais de Abastecimento de Minas Gerais), CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos), Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre) e Lotex (Loteria Instantânea Exclusiva).

Desde o início do ano, o governo tem alvejado os setores de infraestrutura e logística com uma série de privatizações. Apenas em 2019, a Petrobras, considerada “joia da coroa”, foi abatida com o anúncio de vendas de ativos nas áreas de termelétricas, biocombustíveis, gás, distribuição e refino. Além disso o governo tem intensificado a venda de participações acionárias em setores estratégicos como o aviário, bem como acelerado as concessões de aeroportos, portos, rodovias e ferrovias.

O governo insiste em afirmar que as empresas estatais são ineficientes. Entretanto, em 2018 as oito principais estatais federais registraram lucro líquido conjunto de 74,3 bilhões de reais, valor que representa crescimento de 132% em relação a 2017, o melhor resultado em oito anos. Tal desempenho propiciou o pagamento de 7,7 bilhões em dividendos, 37% mais que no ano anterior. Os resultados mais expressivos foram da Petrobras, com lucro líquido de 26,7 bilhões de reais, seguido pelo Banco do Brasil, com 15,1 bilhões, pela Eletrobras, com 13,3 bilhões, e pela Caixa, com 10,4 bilhões. Os da-

dos são do Boletim das Empresas Estatais Federais.

O enxugamento das empresas estatais leva à redução dos investimentos públicos. De 2016 a 2019 os investimentos executados pelas empresas públicas caíram de 19,6% para 6,7% dos orçamentos dessas companhias. Não há nenhuma garantia de que esses investimentos serão novamente alavancados pelo setor privado, prova disso é que, a despeito das privatizações, em 2019 a taxa de investimentos no Brasil chegou a seu menor patamar nos últimos cinquenta anos.

Além disso, a venda das estatais afeta o nível de empregos de forma direta e indireta. Em 2018 as privatizações provocaram uma redução direta de 13.434 postos de trabalho. Os efeitos colaterais indiretos são ainda mais nefastos, a diminuição, por exemplo, das encomendas realizadas pelas empresas estatais tem provocado a quase paralisia dos setores de construção civil e engenharia pesada.

Mais ainda, a queda dos investimentos e do emprego em um cenário econômico já marcado pelo desfalecimento do crescimento econômico provoca ainda diminuição na arrecadação fiscal, desestímulo do avanço tecnológico em setores onde a ação inovadora das empresas públicas é decisiva e perda de dinamismo no desenvolvimento regional de locais onde as empresas estatais têm presença fundamental.

Com isso, trata-se de desfazer o arranjo econômico-institucional que viabilizou a industrialização, a urbanização e a modernização do país por meio do ativismo das empresas estatais. O resultado é um ciclo vicioso que pode conduzir o país à recessão econômica. O modelo assentado no tripé da financeirização, da privatização e da desnacionalização levado a cabo de maneira acelerada pelo governo Bolsonaro pode colocar o país na rota do colapso econômico.